

## O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global\*\*

### I. INTRODUÇÃO

Portugal representa uma realidade única na cena económica da Europa do pós-guerra. Isto é evidente quando se compara a situação portuguesa com a dos outros países europeus. Sendo um país pequeno e periférico, Portugal começou o seu processo de industrialização em meados do século xx. As condições físicas e o desfasamento temporal criaram divergências em relação à história económica geral da Europa. Por outro lado, a evolução da situação política portuguesa manteve alguns aspectos particulares que criaram uma estrutura sócio-política diferente da europeia típica.

O presente texto tenta traçar um quadro simples e estilizado da realidade económica portuguesa. A análise é centrada sobre a interpretação dos dados empíricos disponíveis, não se aventurando na interpretação histórica ou institucional. Os factos e as políticas económicas são apresentados só como um elemento lateral, sendo discutidos apenas quando os seus efeitos são visíveis nas estatísticas.

O texto divide-se em três secções principais. Na primeira é traçada a estrutura empírica e institucional, junto com as tendências fundamentais da economia do período após 1945. Na segunda é feita uma análise mais detalhada desse período. Ele é dividido em subfases, de acordo com os dados disponíveis, que, como se disse, constituem o núcleo central da análise.

A secção iv trata de alguns temas especiais do crescimento português que sobressaíram da discussão anterior. Os efeitos das relações externas e capital humano são brevemente esquematizados. Uma conclusão sumária termina o artigo.

A teoria económica do processo de crescimento, em particular a *new growth theory*, representa a estrutura analítica que guia a análise. Este facto explica

---

\* Universidade Católica Portuguesa.

\*\* O presente texto constitui parte de um projecto incluído na rede de investigação «Comparative post-war growth experience» do Center of Economic Policy Research de Londres. Em particular, este texto representa uma versão revista e traduzida do texto Neves (1994a) dessa rede e uma versão resumida de Neves (1994b).

Quereria agradecer aos Profs. Jaime Reis e Pedro Lains pela oportunidade que me deram de apresentar uma versão preliminar do texto na sua conferência. Agradeço também aos Profs. Nicholas Crafts, Gianni Toniolo, Isabel Correia Sérgio Rebelo e Pedro Teles pela revisão e valiosos comentários às versões iniciais do trabalho e Maximiano Pinheiro, Nuno Valério, Miguel Gouveia, Maria I. Baganha, João Confraria e Sérgio Rebelo pelos valiosos contributos para o banco de dados e as opções analíticas. A responsabilidade pelos erros mantém-se, obviamente, do autor.

algumas das opções tomadas, como a ênfase nos elementos institucionais, nas relações externas, na educação e no capital humano.

## II. CRESCIMENTO DO PÓS-GUERRA: A ESTRUTURA

O estudo do crescimento português no pós-guerra é o estudo da «descolagem» (*take-off*) portuguesa. Na verdade, durante os anos do pós-guerra, Portugal cresceu fortemente e transformou a sua economia numa economia industrial moderna. O país foi considerado um dos melhores exemplos do crescimento da «idade de ouro» (*golden age*) dos anos 50 e 60 pelas organizações internacionais<sup>1</sup>.

O facto de os principais elementos da estrutura institucional portuguesa do pós-guerra terem sido determinados pelo regime saído da revolução de 1926 é um facto essencial para compreender a experiência portuguesa e os seus contornos particulares. Em Portugal, as turbulentas décadas europeias de 30 e 40 foram governadas pela mesma estrutura institucional que a *golden age* dos anos 50 e 60. Este facto trouxe à economia portuguesa uma grande unidade de finalidade e consistência na orientação. Mas, ao mesmo tempo, eliminou muita da flexibilidade e inovação.

A influência deste regime, extremamente autoritário, mas pragmático, e especialmente da pessoa que o personificou, o professor António de Oliveira Salazar, foi essencial não só nos períodos seus contemporâneos, como subsequentes.

Mas há uma outra influência histórica importante, proveniente de um período mais remoto. A instabilidade política e o embate de extremismos doutrinais opostos dominaram o país durante a maior parte do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Os dois fantasmas do autoritarismo e da confusão são muito importantes na vida político-social portuguesa.

### 1. A HERANÇA DOS ANOS 30

A principal influência dos anos 30 em Portugal provém do facto de o regime que governou o país de 1926 a 1974 ter definido a sua estrutura institucional básica nessa década. A Constituição de 1933 e a maior parte das leis fundamentais que definiram a estrutura do «Estado Novo» e criaram o sistema corporativo são desta época. Não é este o lugar para uma descrição pormenorizada do sistema, sendo adiante feitas apenas algumas referências<sup>2</sup>.

A doutrina «corporativa» adoptada, que pretendia institucionalizar o diálogo entre os grupos sociais e profissionais, teve efeitos muito importantes. O «condicionamento industrial» e o planeamento da economia estiveram entre os mais importantes.

Os seus efeitos, no entanto, variaram conforme os sectores<sup>3</sup>. Mas pode ser dito que, juntamente com o resto do «sistema corporativo», o conseqüente

---

<sup>1</sup> V. Chenery e Syrquin (1975), p. 100, e Baum e Tolbert (1985), p. 189, dois livros do Banco Mundial que incluem Portugal entre os grandes sucessos de crescimento do pós-guerra.

<sup>2</sup> V. Rosas (1986), Cruz (1988) e Nunes e Brandão (1992) para descrições e interpretações destes arranjos institucionais e significativas listas de bibliografias.

<sup>3</sup> V. Brito (1989) e Confraria (1992) para discussões detalhadas do «condicionamento industrial».

proteccionismo interno reduziu a inovação e a flexibilidade da economia, fomentando a cartelização de certos sectores. Ao mesmo tempo, contribuiu para a estabilidade financeira através do controle de salários.

Outros elementos proteccionistas do regime foram delineados nesta altura. Proteccionista era também o «Acto Colonial» de 1930, que pretendia regular as relações com as colónias, tal como a «lei da nacionalização dos capitais», relativamente ao capital externo.

Deste modo, o país, nos anos do pós-guerra, adquiriu uma estrutura industrial dualista. Por um lado, regista-se a existência de algumas indústrias de tecnologia leve que tinham uma estratégia ligada às exportações e que competiam no mercado mundial na dependência de baixos salários. Os têxteis são o exemplo mais paradigmático. Mas o resto do sector industrial encontrava-se protegido interna e externamente, apesar de a protecção se ter degradado com os anos.

Na agricultura, a estrutura era mais ou menos a mesma, mas proveniente de um período muito mais recuado. Tradicionalmente, alguns produtos tinham mercados externos muito significativos. Vinhos<sup>4</sup>, cortiça, azeite e lã eram as velhas exportações portuguesas. Os seus produtores eram, pois, defensores do comércio livre e da integração internacional da economia portuguesa. Por outro lado, os produtores do restante produto agrícola, sobretudo cereais, eram tradicionais proteccionistas.

A «campanha do trigo» de 1929 a 1937 foi a demonstração da ênfase rural do regime salazarista e das suas preocupações de auto-suficiência. Dado que, em geral, as condições naturais do solo do país não são adequadas a esta cultura<sup>5</sup>, as verdadeiras razões eram políticas. Os seus efeitos não foram muito importantes, mas tornaram-se um exemplo para a política agrícola portuguesa do futuro.

A luta entre adeptos do comércio livre e proteccionistas, tal como a luta entre colonialistas e adeptos da Europa e a luta entre industrialistas e ruralistas, foi incluída no estreito equilíbrio político das décadas que se seguiram. Todos estes elementos estruturais podem ser directamente relacionados com a «herança dos anos 30».

O planeamento tornou-se também um elemento que, embora ainda experimental nesta época, havia de se tornar importante na política futura. A «lei de reconstituição económica» de 1935 começou esta tradição, que, no entanto, tinha nesta altura como principal elemento a promoção de infra-estruturas. Dado o momento político internacional, as despesas de defesa ocupavam compreensivelmente metade do dinheiro do programa. De resto, a agricultura (31%), as infra-estruturas de transportes (27%) e as telecomunicações (9%) eram os sectores mais importantes.

A herança institucional dos anos 30 era essencialmente dirigida para assegurar a paz social e proteger as actividades produtivas. Mas o facto de Portugal ser uma pequena economia nunca permitiu a construção de uma verdadeira autarcia. A dialéctica entre o realismo económico e a doutrina proteccionista haveria de evoluir durante os anos do pós-guerra para criar uma economia fortemente dual.

---

<sup>4</sup> Estes vinhos foram os usados por David Ricardo no famoso exemplo do capítulo VII dos seus *Principles* de 1817.

<sup>5</sup> Como o próprio Salazar admitiu [v. Salazar (1916), sobretudo caps. I e IV].

## 2. TENDÊNCIAS BÁSICAS

O crescimento da economia portuguesa segue algumas linhas claras após 1945. O país entrou numa clara «descolagem» depois de 1950, registando, no entanto, duas recessões significativas, uma em meados dos anos 70 e outra em meados de 80. O produto real foi multiplicado por um factor de 7 de 1945 a 1992.

Este importante feito económico mantém-se significativo mesmo quando comparado com o comportamento da economia mundial no período. Usando a amostra do PIB *per capita* mundial de Summers e Heston (1991), o lugar da economia portuguesa pode ser usado numa tentativa de caracterizar o processo de «convergência» da economia portuguesa. Os principais resultados desta análise comparativa<sup>6</sup> para o período de 1950-1988 são os seguintes:

- Portugal, em 1950, situava-se, aproximadamente, a meio da tabela. Mas em 1985 tinha atingido já uma posição a um terço do topo da tabela;
- A trajetória de desenvolvimento portuguesa ocupa uma posição claramente abaixo da maior parte da Europa e América do Norte desenvolvidas e claramente acima da África subsariana e Ásia do Sul;
- Portugal ultrapassou a maior parte da América Latina e do Médio Oriente durante o período.

O rácio do produto *per capita* médio<sup>7</sup> do mundo em relação ao produto *per capita* português, apresentado no quadro n.º 1, é uma medida da taxa de convergência de Portugal. A figura n.º 1 representa a trajetória da «convergência» portuguesa, quer em relação a toda a amostra de Summers e Heston, quer relativamente aos países que, nessa amostra em cada ano, tiveram PIB *per capita* acima do português, quer ainda em relação à média da CEE.

### Produto médio *per capita* dos países do mundo em relação ao produto *per capita* português

Valores em paridade de poder de compra

[QUADRO N.º 1]

	Produto <i>per capita</i> médio em relação a Portugal		
	Todos os países do mundo	Países com valores acima de Portugal	Média da CEE
1950 .....	2,3	2,8	—
1960 .....	1,4	2,4	2,7
1970 .....	1,2	2,2	2,1
1980 .....	0,9	1,9	1,9
1990 .....	0,9*	2,1*	1,9

\* 1988.

<sup>6</sup> V. Neves (1994b e 1995) para os detalhes deste exercício e resultados adicionais.

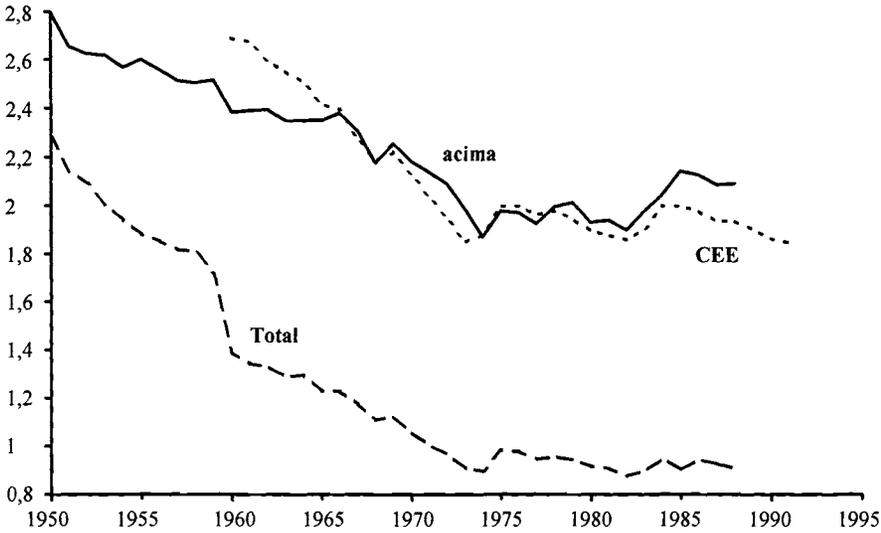
<sup>7</sup> Esta média é uma média simples dos valores considerados. Uma outra hipótese, não considerada, seria usar uma média ponderada pelos valores da população de cada país. Esta medida seria equivalente a dividir o produto *per capita* português pelo produto *per capita* mundial.

Existe uma clara tendência crescente na economia portuguesa até aos anos 70. Nessa altura, Portugal atingiu o nível da média mundial e estava acima de metade da média da CEE. Desde 1974, Portugal manteve esse nível relativo, flutuando à volta dele.

O quadro n.º 2 apresenta alguns resultados preliminares que caracterizam o processo de crescimento. Mostra um exercício de *growth accounting*, sublinhando os principais elementos do desenvolvimento quantitativo<sup>8</sup>. O período foi dividido em cinco fases<sup>9</sup>.

PIB per capita relativamente a Portugal, média (total; acima, Portugal; CEE)

[FIGURA N.º 1]



QUADRO N.º 2 — GROWTH ACCOUNTING DAS FASES

*Growth accounting global*

[QUADRO N.º 2.1]

	1952-1958	1959-1965	1966-1973	1974-1979	1980-1991
Taxa de crescimento do produto . . . . .	3,7759	6,1480	7,2375	3,4666	2,4563
Taxa de crescimento do capital . . . . .	3,2278	6,1913	7,0361	4,4494	3,3075
Taxa de crescimento do trabalho . . . . .	0,3311	0,0083	1,5876	1,5954	1,5162
Taxa de crescimento da contribuição do trabalho	0,1647	0,0097	0,8456	0,9370	0,8190
Taxa de crescimento da contribuição do capital .	1,6221	3,1459	3,5002	1,7940	1,5108
Resíduo de Solow . . . . .	1,9868	2,9918	2,8866	0,7234	0,1188

<sup>8</sup> As fontes dos dados são sobretudo Nunes *et al.* (1989) e BP (1977-1985). As fontes e as manipulações dos principais quadros do texto são apresentadas em Neves (1994b).

<sup>9</sup> V. secção III, I.

**Growth accounting da agricultura**

[QUADRO N.º 2.2]

	1954-1958	1959-1965	1966-1973	1974-1979	1980-1987
Taxa de crescimento do produto . . . . .	-0,6567	2,2930	1,1115	0,8420	2,4401
Taxa de crescimento do capital . . . . .	1,9063	1,6214	2,0442	2,0484	1,2715
Taxa de crescimento do trabalho . . . . .	-0,8060	-2,3380	0,5893	-1,0445	-2,6946
Taxa de crescimento da contribuição do trabalho	-0,4011	-1,1352	0,4084	-0,6067	-1,5123
Taxa de crescimento da contribuição do capital .	0,9585	0,8250	1,0197	0,8228	0,5533
Resíduo de Solow . . . . .	-1,2205	2,6084	-0,3888	0,5825	3,4142

**Growth accounting industrial**

[QUADRO N.º 2.3]

	1954-1958	1959-1965	1966-1973	1974-1979	1980-1987
Taxa de crescimento do produto . . . . .	6,0933	9,2514	8,9826	2,7931	1,1051
Taxa de crescimento do capital . . . . .	8,0111	9,9725	7,9619	5,2020	4,2620
Taxa de crescimento do trabalho . . . . .	2,0590	2,1294	1,9412	2,4254	0,3941
Taxa de crescimento da contribuição do trabalho	1,0244	1,0482	0,9945	1,3959	0,2339
Taxa de crescimento da contribuição do capital .	4,0262	5,0642	3,9736	2,1182	1,8896
Resíduo de Solow . . . . .	1,0408	3,1231	4,0127	-0,7375	-1,0109

**Growth accounting dos serviços**

[QUADRO N.º 2.4]

	1954-1958	1959-1965	1966-1973	1974-1979	1980-1987
Taxa de crescimento do produto . . . . .	4,4127	5,5057	7,5670	4,7498	2,1947
Taxa de crescimento do capital . . . . .	3,1299	5,2323	7,2634	2,7829	1,9306
Taxa de crescimento do trabalho . . . . .	0,7890	1,1309	2,3866	3,2305	3,8774
Taxa de crescimento da contribuição do trabalho	0,3925	0,5642	1,2260	1,9445	2,2244
Taxa de crescimento da contribuição do capital .	1,5739	2,6594	3,6045	1,1182	0,8492
Resíduo de Solow . . . . .	2,4422	2,2790	2,7452	1,6729	-1,0393

As taxas de crescimento do produto, do trabalho e do capital são apresentadas. As contribuições do trabalho e do capital para o crescimento são também calculadas<sup>10</sup>. A diferença entre a contribuição total dos factores e o crescimento do produto é referida correntemente como «resíduo de Solow» e é usada como uma medida aproximada dos efeitos da «tecnologia», definida de forma muito lata, no processo de crescimento. O quadro n.º 2.5 apresenta as contribuições do trabalho, do capital e do resíduo de Solow em percentagem da taxa de crescimento total.

<sup>10</sup> A contribuição de um factor num ano é calculada simplesmente pela multiplicação da sua taxa de crescimento pelo peso da sua remuneração no rendimento total nesse ano [v. Neves (1994b) para as fontes e detalhes desta e das seguintes tendências básicas].

Estas tabelas destacam o subperíodo de 1959 a 1973 como a «idade de ouro» do crescimento português. A produtividade do capital seguiu de muito perto o comportamento do PIB total e manteve o primeiro lugar como «motor de crescimento». A produtividade do trabalho é apenas significativa após 1966 e mantém o seu papel mesmo depois da grande descida do crescimento dos meados dos anos 70. O resíduo de Solow foi muito importante no período inicial e em toda a «idade de ouro», sendo reduzido após 1974. Na análise dos sectores estas conclusões são relativizadas, mas mantêm-se.

*Growth accounting em percentagem da taxa de crescimento*

[QUADRO N.º 2.5]

		GDP	Agricultura	Industrial	Serviços
1952-1958*	Contribuição do trabalho ...	4,36	61,08	16,81	8,90
	Contribuição do capital ...	42,96	-145,96	66,08	35,67
	Resíduo de Solow .....	52,62	185,85	17,08	55,35
1959-1965	Contribuição do trabalho ...	0,16	-49,51	11,33	10,25
	Contribuição do capital ...	51,17	35,98	54,74	48,30
	Resíduo de Solow .....	48,66	113,76	33,76	41,39
1966-1973	Contribuição do trabalho ...	11,68	36,74	11,07	16,20
	Contribuição do capital ...	48,36	91,74	44,24	47,63
	Resíduo de Solow .....	39,88	-34,98	44,67	36,28
1974-1979	Contribuição do trabalho ...	27,03	-72,05	49,98	40,94
	Contribuição do capital ...	51,75	97,72	75,83	23,54
	Resíduo de Solow .....	20,87	69,18	-26,40	35,22
1980-1991**	Contribuição do trabalho ...	33,34	-61,98	21,17	101,35
	Contribuição do capital ...	61,15	22,68	170,99	38,69
	Resíduo de Solow .....	4,84	139,92	-91,48	-47,35

\* Nos sectores em 1954-1958.

\*\* Nos sectores em 1980-1987.

Outra abordagem para caracterizar o crescimento português pode ser vista no quadro n.º 3. Para a «idade de ouro» do crescimento português (1959-1974), Cravinho (1982), num dos poucos estudos das fontes do crescimento português, identifica o papel de vários factores. Usando um cálculo simples a partir de matrizes *input-output matrices*, o crescimento total é decomposto em vários elementos.

O papel da procura interna foi sempre dominante, mesmo sendo Portugal uma pequena economia aberta. No entanto, as exportações tiveram um papel importante e ligeiramente crescente. A substituição de importações, que nunca foi significativa, mostra uma queda grande no último subperíodo.

Outros elementos do quadro económico, para além do crescimento, têm também de ser abordados nas tendências básicas. A estabilidade nominal foi muito importante no período do pós-guerra. De 1947 a 1973 a taxa média de inflação foi de 3%.

Depois de 1973, este facto foi invertido, e a inflação média de 1973 a 1992 foi acima dos 18%.

Fontes de crescimento do *output* em Portugal (1959-1974)

[QUADRO N.º 3]

	1959-1964	1964-1970	1970-1974
Procura final . . . . .	85,1	70,8	94,2
Exportações . . . . .	17,2	20,8	22,5
Substituição de importações . . . . .	0,9	0,7	- 11,3
Importações finais . . . . .	2,0	- 0,8	- 6,6
Importações intermédias. . . . .	- 1,1	1,5	- 4,7
Coefficientes técnicos . . . . .	- 3,2	7,7	- 5,4

Fonte: Cravinho (1982).

A reestruturação sectorial da economia portuguesa nos últimos cinquenta anos foi muito forte. A redução do peso da agricultura foi uma constante desde 1890, mas acelerou após 1950. O peso do produto na agricultura estava acima dos 38% no imediato pós-guerra e está abaixo dos 12% hoje. A indústria e os serviços partilharam o aumento. Há um claro surto de industrialização depois de 1930. O sector dos serviços tomou a dianteira após 1970.

Existe também uma tendência global para a abertura do país. Depois de um episódio de encerramento nos anos 20, o movimento geral foi retomado nos anos 50, mas sobretudo depois de 1970. O grau de abertura tem vindo a acelerar desde os meados do século XIX, quer no lado das importações, quer no lado das exportações, apesar de ter uma maior variação nas importações.

As finanças públicas estiveram sob controle até 1974, com a dívida e o défice públicos aceitáveis. Os finais dos anos 70 e os anos 80 tiveram um grande impacto nas finanças públicas, desequilibrando as trajectórias. A partir dos inícios dos anos 80 a dívida pública subiu acima dos 60% do PIB.

O padrão geral dos ciclos económicos portugueses do pós-guerra (1952-1991) é descrito em Correia, Neves e Rebelo (1989). Neves (1984b) dividiu o período de 1952-1991 em dois subperíodos, isolando, assim, a «idade de ouro» do período subsequente.

De acordo com estas obras, o ciclo económico português comporta-se de acordo com os padrões gerais da literatura<sup>11</sup>. A principal diferença é uma volatilidade acrescida em todas as variáveis reais em Portugal, que é mais do dobro da volatilidade média nos países da OCDE. Isto é explicado quer pelo

<sup>11</sup> De acordo com o primeiro texto, esses resultados principais são: o investimento é 2 a 3 vezes mais volátil do que o produto, enquanto o consumo é menos volátil do que o produto; existe uma correlação positiva entre o consumo, o investimento, o produto e o esforço de trabalho, e todas estas variáveis mostram uma forte autocorrelação serial.

atraso relativo da economia portuguesa<sup>12</sup>, quer pelos choques específicos da economia portuguesa no pós-guerra.

Os elementos principais do padrão dos ciclos económicos mantêm-se em ambos os períodos. A volatilidade de todas as variáveis nominais é mais elevada do que a do produto. A volatilidade é maior na «idade de ouro» para o PIB, consumo público, exportações, emprego e *stock* de capital. As outras variáveis, em particular o investimento, aumentaram de volatilidade após a *golden age*.

A maioria das variáveis reais são pró-cíclicas e a maioria das variáveis nominais são contracíclicas (adeus, curva de Phillips!) nos dois períodos. Todas as outras estatísticas do ciclo estão em linha com a evidência internacional. Não é surpreendente que as flutuações económicas pareçam mais próximas do padrão de outras pequenas economias abertas, como a Suíça ou o Canadá, e de outras economias europeias, como o Reino Unido, a Alemanha e a Itália.

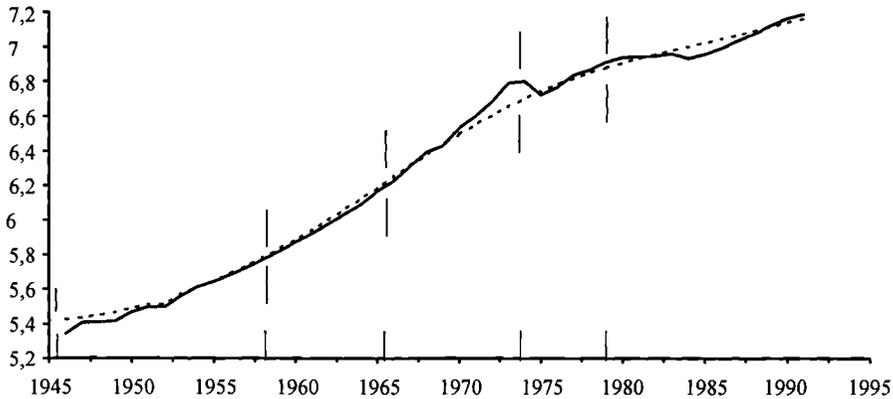
Em poucas palavras, este é o quadro geral da evolução económica em Portugal no último meio século: um pequeno país aberto que só começou o «crescimento económico moderno» durante a *golden age* dos anos 50-60, mudando então de uma velha economia rural para uma estrutura moderna. Isto foi feito sem grande instabilidade financeira e uma clara opção de abertura.

### III. CRESCIMENTO DO PÓS-GUERRA: AS FASES

Para estudar o crescimento do pós-guerra, o período foi dividido em várias fases, sendo as séries de dados analisadas de forma a caracterizar cada fase. A classificação<sup>13</sup> considera cinco períodos, representados na figura n.º 2.

Log produto per capita, tendência HP e subperíodos

[FIGURA N.º 2]



<sup>12</sup> Correia *et al.*, *op. cit.*, refere que no banco de dados de vários países de Summers e Heston (1984) o desvio-padrão do crescimento do PIB real para o terço mais pobre de países é mais alto em 50% do que o mesmo desvio-padrão no terço mais rico (5,7 % versus 4%).

<sup>13</sup> Esta classificação é baseada em Moura (1969), pp. 17-31. Para o período pós-1974 as fases consideradas são divididas pelo pico de 1979, entre dois ciclos bem definidos que dominaram o período de 1974 a 1991.

- O primeiro é o período imediatamente após a guerra, de 1946 a 1958. A estabilização da economia após os choques da guerra e a preparação para o grande surto industrial são as grandes tarefas;
- De 1958 a 1965, o país entrou na primeira parte da «idade de ouro». O crescimento e a transformação estrutural processaram-se a ritmo acelerado, bem como a internacionalização. A guerra colonial começou nesta fase;
- A segunda parte da «idade de ouro» regista as mais elevadas taxas de crescimento, mas também torna claros os limites das instituições para suportarem esta forte transformação;
- 1974 a 1979 foi a fase revolucionária. A somar à confusão económica internacional, apareceram as transformações internas institucionais e políticas que criaram um regime democrático moderno;
- O último período, após 1980, sofreu todos os problemas e vantagens da economia mundial dos anos 80. Depois da revolução, tanto a economia como as instituições estavam estabilizadas. Uma recessão importante ocupa a primeira parte dos anos 80, mas, depois de 1986, a adesão à CEE assinalou o início de novo período forte de reestruturação, que ainda está a verificar-se.

## 1. OS DADOS

Os dados para cada um destes subperíodos estão presentes nos quadros n.ºs 4 a 8. O quadro n.º 4 apresenta os dados de crescimento e estabilidade política. A taxa média anual de crescimento do produto é apresentada para cada fase, bem como uma medida do ciclo económico [o desvio-padrão do PIB *per capita*, com a tendência retirada pelo filtro Hodrick-Prescott (HP)<sup>14</sup>] e a taxa de desemprego, esta última posterior a 1960. A instabilidade política é medida pelo número de novos governos por ano. A taxa de inflação, medida por um índice de preços do produto, o deflator do PIB, é também apresentada.

### Crescimento, desemprego e instabilidade política

*Em percentagem*

[QUADRO N.º 4]

	PIB (taxa de crescimento)	Ciclo (desvio-padrão)	Taxa de desemprego	Número de governos (número)	Deflator do PIB (taxa de crescimento)
1946-1958 . . . . .	4,1196	0,0237	—	0,0000	1,8045
1959-1965 . . . . .	6,2220	0,0069	2,1472*	0,0000	1,8816
1966-1973 . . . . .	7,4930	0,0511	1,8327	0,1250	4,9511
1974-1979 . . . . .	3,3922	0,0435	6,1136	2,0000	19,2676
1980-1991 . . . . .	2,7552	0,0357	8,0516	0,5833	17,5151

\* 1960-1965.

<sup>14</sup> V. Hodrick e Prescott (1980). O parâmetro  $\lambda$  do filtro foi colocado em 400. Para um tratamento semelhante da mesma série, v. Correia *et al.* (1992).

O quadro n.º 5 apresenta dados da evolução da dimensão das exportações e das importações e algumas balanças externas. A desvalorização do escudo, quer face à libra britânica (LB), quer ao dólar americano (US \$), é apresentada no quadro n.º 6. Deflacionando a taxa nominal pelos indicadores de preço dos países envolvidos<sup>15</sup>, é possível ter uma medida da desvalorização real. Os dados do quadro n.º 7 apresentam a trajectória da dívida pública. Os pesos das componentes da despesa nos pontos finais de cada fase estão registados no quadro n.º 8.

**Relações externas**

*Em percentagem*

[QUADRO N.º 5]

	Peso no PIB					
	Exportações	Importações	Balança comercial	Balança de transferências	BTC	Balança de capital (médio e longo prazo)
1948-1958 . . . .	17,1365	21,6344	- 4,498	2,615	- 0,053	0,119
1959-1965 . . . .	19,6867	25,8069	- 6,120	3,567	- 2,309	0,889
1966-1973 . . . .	23,5407	28,9682	- 5,428	7,474	2,591	0,545
1974-1979 . . . .	20,7052	33,7299	- 13,025	8,002	- 5,399	1,686
1980-1991 . . . .	32,2799	42,6228	- 10,343	10,334	- 2,944	5,145

**Taxas de câmbio**

*Em percentagem*

[QUADRO N.º 6]

	Desvalorização nominal		Desvalorização real	
	Esc/LB	Esc/US \$	Esc/LB	Esc/US \$
1946-1958 . . . . .	- 1,6035	1,1640	1,5089	3,2660
1959-1965 . . . . .	- 0,0718	- 0,0005	0,4351	- 0,9580
1966-1973 . . . . .	- 3,6252	- 2,0355	- 4,4536	- 4,4221
1974-1979 . . . . .	9,9018	12,5893	2,5811	- 1,5188
1980-1991 . . . . .	7,5860	9,2572	- 0,4563	- 0,9043

**Dívida pública**

*Em percentagem*

[QUADRO N.º 7]

	Peso no PIB	
	Dívida pública	Dívida pública externa
1946-1958 . . . . .	23,9823	1,7154
1959-1965 . . . . .	24,6900	5,1500
1966-1973 . . . . .	21,6513	5,6663
1974-1979 . . . . .	27,8217	5,9883
1980-1991 . . . . .	60,8658	14,5900

<sup>15</sup> Os índices de preços no consumidor (IPC) do Reino Unido e dos Estados Unidos são os incluídos em Maddison (1982). Para Portugal, os dados usados são o IPC em Neves (1994b),

Estes quadros procuram fornecer uma imagem clara e global do crescimento português do pós-guerra, tanto quanto os números o permitem. As próximas secções tentam uma interpretação dessa imagem em relação às instituições e às opções de política.

**Peso da procura**  
*Em percentagem*

[QUADRO N.º 8]

	C	G	I	Ex	Im
1952 .....	77,92	7,36	18,57	15,36	19,21
1958 .....	75,86	7,70	21,34	15,98	20,88
1965 .....	72,93	9,51	25,79	20,42	28,64
1973 .....	69,33	10,83	32,84	25,63	38,63
1979 .....	67,47	14,99	26,73	24,55	33,75
1985 .....	64,15	16,58	21,97	32,41	31,86
1990 .....	67,91	16,79	28,37	43,20	56,27

2. A RECONSTRUÇÃO DA ESTABILIDADE: 1946-1958

A guerra criou alguns problemas importantes num país neutral pequeno e aberto. O país, apesar de se ter mantido fora da guerra, entrou em recessão após 1942, acompanhada por problemas inflacionários (a taxa de inflação foi de 17,7% em 1942 e 10,6% em 1943). Um quadro muito semelhante tinha aparecido na Primeira Guerra Mundial (na qual Portugal participou), mas então com consequências muito mais fundas e sérias<sup>16</sup>.

Quando as restrições de guerra foram sendo levantadas, com o fim do conflito, as importações tornaram-se de novo possíveis. O governo decidiu usar as reservas acumuladas durante a guerra (1941 a 1943 foram os únicos anos do último século e meio onde um excedente comercial foi registado) para aliviar a situação e, em particular, influenciar o nível de preços. As importações cresceram 52,4% em termos reais em 1946 e 34,3% em 1947. O efeito deste choque da oferta sobre o nível de preços é registado na taxa de inflação.

Esta atitude revelou, mais uma vez, o nível de prioridade concedido pelo regime à estabilidade nominal. Fora esta a sua finalidade inicial e o seu grande sucesso nos finais dos anos 20, quando tomou o poder. Mas esta prioridade estava prestes a mudar.

Nos anos do pós-guerra uma nova prioridade política foi adoptada. Depois da ênfase na «estabilidade» dos anos 30, o «progresso» ia tornar-se a palavra-chave do regime. O país tinha sofrido muito durante a guerra por causa da sua dependência

usando o deflator do PIB para extrapolar para série antes de 1947. Deve-se aqui considerar-se a crítica de Esteves (1993).

<sup>16</sup> Portugal teve de 1910 a 1921 uma funda depressão, com fortes elementos inflacionários. Pelos dados de Nunes *et al.* (1989), a queda do PIB desde o pico (1910) ao fundo (1921) foi de 45%, com os preços a crescerem 10 vezes de 1916 a 1924. Lains e Reis (1991) apresentam uma crítica a estes números.

externa. Isto tinha mostrado uma forte necessidade de industrializar. E o clima internacional não podia ser mais favorável. A *golden age* do crescimento mundial estava prestes a começar e Portugal ia entrar nela com forte empenhamento.

Em 1945 o governo apresentou a «Lei do Fomento e Reorganização Industrial», que iria definir as prioridades da política de crescimento. A lei definia uma filosofia proteccionista e de substituição de importações, com a prioridade concedida à indústria transformadora. A abordagem corporativa permitia ao governo impor a concentração em alguns sectores e promover directamente algumas «indústrias básicas».

O «I Plano de Fomento» viria a ser o início de uma série de instrumentos de política que viriam a guiar o crescimento nos próximos doze anos. Este referia-se ao período 1953-1958. O plano constituía um programa de investimentos públicos sem linha de orientação definida para o resto da economia. Mas este aspecto viria a mudar com o tempo.

A maior parte dos fundos, a usar em seis anos, eram dirigidos para investimentos em infra-estruturas<sup>17</sup>. Electricidade (41,2%) e transportes e comunicações (26,8%) eram os sectores com maior peso. Seguiam-se as indústrias básicas (18,5%) e a agricultura (10,8%).

As regras do «condicionamento industrial» foram mudadas em 1952. Além de um esforço para acelerar o processo burocrático, a filosofia do sistema passou a tentar enfatizar as questões técnicas e reduzir a intervenção política. Em particular, a finalidade da regulação passou a ser tentar assegurar que a dimensão técnica mínima era atingida em cada unidade produtiva. Estas mudanças aliviaram um pouco as restrições e os poderes discricionários da lei sobre a indústria.

### *i) Actividade real*

Como resultado, o período de 1946 a 1958 foi uma fase de crescimento, preparando o grande surto dos anos 60. O PIB total cresceu 4%, mas ainda com um alto desvio-padrão (2,3%). O ciclo (PIB sem tendência) mostra um grande desvio-padrão (2,4%).

Os pesos dos sectores mostravam já uma importante transformação. O peso da agricultura caiu de 41% do PIB em 1938 para 31% do PIB em 1958, enquanto a indústria crescia de 14% em 1938 para 18% em 1958. O sector dos serviços, que naturalmente caiu durante a guerra (38,4% em 1938 e 37,6% em 1947), retomou o seu crescimento e tornou-se o maior sector, com 43%.

### *ii) Relações externas*

O crescimento das exportações (4,2%) e das importações (4,7%) foi também responsável pelo processo geral de crescimento. A conta corrente, no entanto, foi

---

<sup>17</sup>O plano incluía 7,6 mil milhões (10<sup>9</sup>) de escudos para os seis anos, um valor quase igual à formação bruta de capital fixo da economia em 1952, e 15,2% do PIB de 1953. Mas o montante de investimentos do plano viria a ser alargado em 1955 para 9,7 mil milhões e em 1957 para 11,5 mil milhões, o que então representava mais do que a FBCF de 1957 [v. Nunes e Brito (1992), p. 323]. Os dados aqui apresentados são os da execução final. O quadro n.º 9 apresenta intenções originais.

mantida quase equilibrada, enquanto os capitais externos não tinham qualquer importância particular. As tarifas alfandegárias eram reduzidas.

A estratégia geral da política cambial era muito clara. Portugal aderiu ao sistema de Bretton Woods apenas em 1960, mas gozou de estabilidade cambial nominal desde o início dos anos 50. O forte crescimento do comércio está ligado a uma importante desvalorização real, sobretudo em relação ao dólar (3,3% ao ano).

### *iii) Finanças públicas*

As finanças públicas foram mantidas sob controle, com um défice abaixo de 1% do PIB e a dívida pública à volta de 24%. A dívida externa estava praticamente paga.

### *iv) Política monetária e inflação*

O crescimento monetário foi moderado (3,6%), considerando o crescimento real atingido. A estabilização nominal era patente, quer pelo choque sobre o nível de preços referido atrás, quer pela moderação monetária. Somando os dois efeitos, a taxa de inflação caiu de 11,2% em 1946 para 2,5% em 1947 e -1,2% em 1948, tendo ficado num nível baixo desde então. No período completo, 1946-1958, a inflação do produto foi de 1,8% ao ano e os preços no consumo cresceram a 0,6% ao ano.

### *v) Estrutura da procura e rendimento*

A estrutura da procura, esgotada a influência da guerra, manteve uma estabilidade genérica. A única diferença é o crescimento do investimento de 18,6% para 21% do PIB de 1952 para 1958, acompanhado de uma queda do consumo para 76%. Não existem dados para o rendimento.

## 3. UMA «IDADE DE OURO» EM DUAS FASES: 1958-1965 E 1966-1973

De 1958 a 1973 foi criada a nova estrutura da economia portuguesa. O produto quase triplicou no país nestes quinze anos. A agricultura, que contribuiu com 34% do PIB e ocupava 43% da população em 1958, encontrava-se em 16% do produto total e 34% da população em 1973. A abertura ao comércio externo (importações + exportações) subiu de 41% para 56% do PIB.

A estrutura institucional foi praticamente mantida durante todo o período. Em termos simples, pode dizer-se que os «industrialistas» e os partidários do comércio livre foram os mais influentes, mas a presença dos *lobbies* «ruralistas», proteccionistas e colonialistas foi muito clara. A doença (1968) e morte (1970) de Salazar não teve influência imediata no regime. Os esforços para liberalizar o sistema político interno do seu sucessor, Marcello Caetano, falharam.

Três planos económicos foram aplicados durante o período de 1958 a 1973. Eles evoluíram de um mero catálogo de investimentos públicos para uma abor-

dagem mais global e integrada. Os montantes envolvidos e as opções tomadas nesses planos estão apresentados no quadro n.º 9<sup>18</sup>.

À medida que o tempo passava, a estrutura de opções dos planos tornava-se clara. A ênfase era posta na indústria, no sector privado (regulado) e nas relações externas. No II Plano é explicitamente declarado que a agricultura é vista apenas como um meio de suporte da indústria. O capital externo e a cooperação com empresas estrangeiras eram cada vez mais aceites e até promovidos nos últimos dois «planos de fomento».

Um outro aspecto importante é a inclusão de «aspectos sociais» nos planos de investimento. A partir de 1965, os planos passaram a considerar elementos como «habitação» e «saúde» importantes para o progresso económico. A «educação técnica» esteve presente desde o princípio na estrutura de desenvolvimento, embora com uma percentagem baixa. Todos estes aspectos mostram uma clara, mesmo que reduzida, consciência do elemento «capital humano» no processo de crescimento.

Os «planos de fomento»

[QUADRO N.º 9]

	I Plano (1953-1958)	II Plano (1958-1964)	Plano Intercalar (1965-1967)	III Plano (1968-1973)
Investimento total (10 <sup>9</sup> esc) . . . . .	7,6	21	35,5	122,2
Percentagem do PIB do primeiro ano* . . . . .	15,2%	33,3%	64,4%	83,4%
Percentagem da FBCF do primeiro ano* . . . . .	93,4%	180,8%	315,4%	366,1%
Percentagem aplicada em:				
Agricultura e pescas . . . . .	17,0%	17,3%	8,0%	15,1%
Indústria . . . . .	11,6%	27,4%	43,0%	25,2%
Energia . . . . .	34,6%	21,4%	16,0%	14,7%
Transportes e comunicações . . . . .	32,1%	30,8%	18,0%	22,2%
Ensino e investigação . . . . .	2,1%	3,0%	2,5%	4,6%
Turismo . . . . .	—	—	2,8%	9,7%
Saúde . . . . .	—	—	1,0%	1,9%
Habitação . . . . .	—	—	5,4%	6,6%

\*Os valores do Plano Intercalar foram duplicados devido à sua duração, metade da dos outros.

Além dos planos, a internacionalização foi promovida também por outros meios. Portugal tinha sido membro fundador da OCDE em 1948. Em 1960 aderiu ao Banco Mundial e ao FMI e em 1962 aderiu ao GATT. Mas, mais importante que tudo, Portugal foi membro fundador da EFTA em 1960.

Gozando de um estatuto especial (sob o anexo G da Convenção de Estocolmo), Portugal ganhou muito com o levantamento das barreiras ao comércio externo na

<sup>18</sup> As fontes do quadro são Nunes e Brito (1992) e Presidência do Conselho (1968), anexo, mapa 1. Os dados apresentados referem-se apenas a intenções originais dos planos e apenas os investimentos em Portugal continental, Açores e Madeira, mas não nas colónias.

EFTA. Esta situação especial permitiu a protecção de alguns sectores nacionais e perpetuou vícios antigos. No entanto, a participação na EFTA foi uma contribuição importante para o processo de desenvolvimento do país.

Um acontecimento com grandes implicações políticas, mas um impacto económico relativamente pequeno, foi o início da guerra colonial, no início dos anos 60, na Guiné, Angola e Moçambique. Com um grande efeito na imagem interna e externa do regime, a guerra teve a sua implicação económica principal no défice público, que, no entanto, estava já controlado em meados dos anos 60.

#### *i) Actividade real*

Estes dois períodos tiveram o maior efeito sobre o crescimento. Taxas anuais acima de 6% e 7%, respectivamente nos dois subperíodos, num total de quinze anos, seriam suficientes para terem um forte impacto no bem-estar de qualquer país. Destas taxas de crescimento, o capital continuou a explicar cerca de 50%. A «tecnologia», em sentido lato, que explicou 49% no primeiro período, não deixando nenhum papel para o trabalho, caiu para 40% no segundo, deixando um pequeno lugar ao trabalho. O desemprego foi mantido à volta ou abaixo dos 2%.

A estrutura sectorial foi fortemente modificada durante esta «idade de ouro». A indústria transformadora detinha a maior fatia, aumentando-a, tal como os serviços públicos (eletricidade, gás e água) e a construção. A soma destes três sectores industriais era de 42% do PIB, 43% do capital total e 34% do emprego total de 1973. O peso dos serviços diminuiu durante a primeira parte do esforço de industrialização, apenas aumentando o seu peso no emprego. Mas em breve recuperou.

O capital manteve o primeiro lugar como motor de crescimento em todos os sectores, excepto na agricultura em 1959-1965, em que estava dominado pelo progresso tecnológico medido pelo residuo. O residuo de Solow foi também importante em todos os sectores (excepto na agricultura em 1966-1973, em que foi negativo). A indústria e os serviços tiveram, pois, um padrão geral muito semelhante. A agricultura começou a crescer e, por isso, mudou o seu padrão de crescimento.

O desenvolvimento foi financiado pelo Estado e por alguns grandes bancos. Este facto, juntamente com a estabilização nominal, gerou uma taxa de juro fixa e baixa durante o período. A taxa de desconto do Banco de Portugal era de 2% de 1944 a 1965 e de 2,5% de 1965 a 1970.

Assim, pode dizer-se que um elemento essencial do *take-off* português foi o capital barato. Este elemento criou uma situação de preços relativos relativamente mais favorável a tecnologias capital-intensivas do que seria de esperar. É claro que apenas a emigração e o recrutamento militar para a guerra colonial impediram o desemprego de crescer.

Em 1973, depois de alguns anos com taxas de crescimento acima dos 10%, o PIB tinha mais que quadruplicado durante os últimos vinte anos.

*ii) Relações externas*

As exportações e as importações continuaram a acompanhar o crescimento. Na última fase ambas cresceram perto de 10%. As barreiras alfandegárias caíram mais uma vez, atingindo cerca de 8% do custo total das importações. A balança de transacções correntes foi positiva durante a segunda parte da idade de ouro. A principal causa foram as remessas de emigrantes, que causavam um excedente na balança de transferência de 3,6% em 1958-1965 (maior do que o défice da conta corrente) e uns notáveis 7,5% do PIB no segundo período.

Sendo 4% do PIB, as entradas de capital de médio e longo prazo eram finalmente significativas após 1966. No entanto, o investimento directo estrangeiro era ainda mínimo.

A emigração é significativa durante todo o período, mas acelera no segundo. De 1966 a 1973 uma média de quase 2% da população total emigrou cada ano.

A política de taxa de câmbio criou uma apreciação inportante do escudo em termos nominais. Depois de 1966 o escudo foi também revalorizado mais de 4% ao ano em termos reais, quer face à libra, quer ao dólar.

*iii) Finanças públicas*

As finanças públicas sofreram um grande choque devido à guerra colonial, que começou em 1960, na Guiné, Angola e Moçambique, e durou até meados dos anos 70. O défice público subiu para 2% do PIB no primeiro subperíodo. Mas houve um forte esforço para controlar este défice, que o reduziu de novo a 1% na segunda parte dos anos 60. A dívida pública, que tinha subido ligeiramente, caiu até abaixo dos níveis dos anos do pós-guerra. No entanto, a subida na dívida pública externa, de 1% para 5%, nunca mais voltou a ser reduzida.

*iv) Política monetária e inflação*

A inflação, que era muito baixa e estável na primeira fase, subiu à medida que o tempo passava. Cedo nos anos 70 se começou a notar uma preocupante instabilidade financeira.

Os indicadores monetários mostravam uma clara aceleração durante o período. A velocidade monetária foi, no entanto, mantida quase fixa, enquanto a intermediação tomou um papel crescente, com um multiplicador monetário à volta de 3,5.

*v) Estrutura da procura e rendimento*

Os pesos dos salários e lucros no rendimento eram quase iguais, com os salários ligeiramente abaixo dos 50%. Esta é uma situação estranha se comparada com a situação tradicional nas economias desenvolvidas, que é de 60%-40%, favoráveis ao trabalho. No rendimento pessoal disponível (RPD), as remessas de

emigrantes contribuíram com uma média de 8%, enquanto os impostos eram baixos, à volta de 5% do RPD.

A estrutura da procura era também muito influenciada pelo processo de crescimento. O consumo, que representava 76% do PIB em 1958, entrou numa longa queda, que iria durar até meados dos anos 80. Em 1965 representava só 73% e em 1973 tinha caído para 69%. A maior parte dessa queda estava relacionada com um aumento do peso do investimento, que subiu de 21% em 1958 para 33% em 1973. O consumo público também subiu três pontos percentuais, para 11%.

#### 4. CHOQUES, ESTAGNAÇÃO E INFLAÇÃO: 1974-1979

A «revolução dos cravos» de Abril de 1974 foi a queda pacífica de um regime de 48 anos. Um novo sistema parlamentar e democrático seguiu-se-lhe. A confusão política durou alguns anos, mas as novas instituições estavam a funcionar pouco depois. A situação nunca foi comparável com o tumulto do início do século.

Em 1976, a nova Constituição estava aprovada, a primeira depois da Constituição do «Estado Novo» de 1933. O novo diploma tinha muitos princípios de natureza colectivista e fortes influências comunistas. Uma grande parte do sistema produtivo foi nacionalizada em 1975. Em particular, todo o sector financeiro passou a ser gerido pelo Estado.

Ao mesmo tempo, à medida que os aumentos de salários eram forçados por lei e os preços estavam congelados, muito do sector privado estava próximo da falência. A forma de aliviar esta situação era através do crédito barato pelos bancos (em breve) públicos, que, assim, tomaram o controle de muito do sector privado. Esta pode ser vista como uma forma indirecta de nacionalizar o aparelho produtivo.

Na agricultura, as terras foram ocupadas directamente por motivos políticos. Estas ocupações, juntamente com algumas medidas importantes para resolver os seculares problemas da estrutura rural, constituíram o tema da «reforma agrária» iniciada em 1975.

O longo processo de eliminação dos efeitos da revolução sobre a propriedade e a produção dos dois anos revolucionários começaram após 1976. Depois da confusão dos anos 1974-1975, as políticas reais eram muito mais orientadas para o mercado do que os princípios constitucionais levariam a crer.

A taxa de câmbio nominal foi mantida fixa de 1974 a 1976, apesar da confusão nos mercados mundiais. Os défices públicos subiram a 9% do PIB em 1976.

A situação das contas externas do país deteriorou-se muito rapidamente. O défice da balança de transacções correntes subiu de 2,7% em 1973 para 7,4% em 1976, enquanto o défice comercial era de 13,6% do PIB em 1976, contra 7% em 1973.

A somar a estes problemas, a descolonização dos territórios africanos trouxe a Portugal quase meio milhão (480 000) de pessoas de 1973 a 1976, uma subida da população total de 5,6% em três anos. Este é o único período do século xx em que se registou uma significativa imigração líquida no país. 1% da população entrou no país, em média, durante os dezassete anos de 1974 a 1990.

Uma crise de pagamentos criou a necessidade de fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional, o primeiro da história portuguesa. O plano de estabilização clássico, que incluía um forte controle monetário e orçamental e uma desvalorização da moeda, funcionou bem. Em 1979 o défice da balança de transacções correntes já estava ao nível reduzido de 0,2% do PIB.

Mas a contracção foi feita sobretudo no sector privado, enquanto o défice público se mantinha à volta dos 10%. A dívida pública subiu de 18,2% do PIB em 1973 para 35,6% em 1978. Os anos seguintes verificaram uma descida da dívida para 24,5% em 1979, mas depois foi retomada a tendência crescente, até 75% em 1988. Por esta razão, entre outras, a inflação nunca voltou aos níveis de antes da revolução.

### *i) Actividade real*

Os factos relativos aos resultados reais do período são claros. Depois da revolução, a taxa de crescimento caiu para uma média anual, ainda considerável, de 3,4% em 1974-1979. Mas a volatilidade cresceu para um nível muito elevado. O desemprego, estável acima dos 6%, e a instabilidade política, com uma média de dois governos por ano nos seis anos, foram também elementos importantes.

A estrutura sectorial continuou a sua mudança durante o período. A principal diferença foi a estagnação do peso industrial e a queda da construção.

### *ii) Relações externas*

O crescimento das exportações e, especialmente, das importações caiu rapidamente. Cresceram a 2% e 0,4%, respectivamente. A protecção externa, medida pelas tarifas alfandegárias, caiu mais uma vez, sendo agora de 5% das importações.

A balança de transacções correntes caiu para um défice perigoso de 5% do PIB, apesar do extraordinário saldo positivo da conta de transferências, acima dos 8% do PIB. Este valor foi atingido num período em que a emigração foi invertida.

O fenómeno de imigração líquida num país de tradicional emigração é algo estranho. É importante notar que tal também aconteceu depois da revolução de 1926. Mas a verdadeira causa para mudança tão dramática estava agora relacionada com o regresso das pessoas das ex-colónias.

O capital externo era agora um elemento importante da economia. As entradas de capital de médio e longo prazo representavam quase 5% do PIB. Mas,

mais uma vez, eram dirigidas ao consumo público. O investimento directo estrangeiro continuou a ser negligenciável.

A forte desvalorização nominal do escudo após a intervenção do FMI (uma média de 10% ao ano face à libra e de 12,6% face ao dólar) foi degradada pela inflação. Isto criou até uma apreciação contra o dólar de 1,5% ao ano, enquanto houve uma depreciação anual de 2,6% em relação à libra.

Portugal adoptou um sistema de *crawling-peg* em 1977, que foi um dos melhores exemplos de sucesso deste regime em todo o mundo. Foi mantido, com pequenas mudanças até ao início dos anos 90.

### iii) *Finanças públicas*

A revolução deu um grande impulso às despesas orçamentais, que subiram 12% em média cada ano. A receitas também subiram muito (4,6% ao ano), mas apenas mantendo o seu peso no PIB. A subida das despesas criou um défice significativo de 7% do PIB. O peso da dívida pública externa no PIB foi mantido fixo, enquanto a dívida interna subia cinco pontos percentuais, para 27% do PIB.

### iv) *Política monetária e inflação*

A política monetária foi aliviada, dado que a base monetária subiu 21% ao ano em média. Os indicadores monetários (M1 e M2) mantiveram, no entanto, as suas taxas de crescimento. Isto causou um multiplicador monetário constante e uma duplicação da velocidade monetária. A inflação, que foi mantida artificialmente baixa durante o tumulto (16% em 1975-1976) subiu a mais de 26% em 1977, estabilizando à volta de 19% em 1979-1981. A inflação do período de 1974-1979 subiu a uma média de 19% nos preços do produtor e 24% nos preços do consumidor.

### v) *Estrutura da procura e rendimento*

O efeito mais espectacular da revolução foi na partição do rendimento. A partição 60%-40% foi atingida em poucos anos. Os salários ganharam uns extraordinários 10 pontos percentuais do rendimento nacional. Este é talvez o sinal mais claro dos efeitos das mudanças institucionais da revolução.

No rendimento privado disponível a principal mudança foi a duplicação do peso das transferências internas, visto a segurança social ter mudado o seu papel e influência. As subidas no desemprego e nos subsídios de desemprego foram também elementos importantes.

Como foi dito, a queda da emigração não teve qualquer impacto na dimensão das transferências externas, que acabaram por subir para 8,3% do rendimento disponível.

1024 O peso do consumo continuou a cair, até 67,5% em 1979.

O investimento, afectado pela instabilidade política, reduziu o seu peso de seis pontos percentuais de 1973 a 1979. O consumo público engoliu a maior parte da diferença, subindo uns notáveis 15% do PIB.

#### 5. OS ANOS 80, A CEE E A NOVA «IDADE DE OURO»: 1980-1991

O alívio das condições restritivas, quando o equilíbrio externo foi atingido no final dos anos 70, teve algumas consequências importantes. A decisão de expandir a economia enquanto todo o mundo estava a sofrer o segundo choque petrolífero teve resultados desastrosos no recente e frágil equilíbrio externo. Em 1983 os problemas externos eram de novo agudos e um novo programa de estabilização do FMI foi aplicado, criando uma nova recessão em 1983-1985.

Mas o elemento mais importante dos anos 80 foi a entrada na CEE, juntamente com a Espanha, em 1986. A abertura dos sectores não tocados pelas liberalizações anteriores e o aprofundamento da integração europeia foram, e ainda são, elementos cruciais para o crescimento português. Pode falar-se de um início de uma «segunda idade de ouro» para a economia portuguesa após 1986.

O facto de que em 1986 foi atingida a estabilidade política foi também muito importante. 1986 assistiu à primeira maioria de um só partido desde a revolução e o início do governo de Cavaco Silva, que viria a ser o mais longo em democracia dos últimos dois séculos.

Em 1982 e 1989, duas revisões da Constituição de 1976 eliminaram a maioria dos princípios colectivistas. Em particular, a banca e os seguros privados foram de novo permitidos em 1982. Um programa de privatização, de acordo com a moda europeia do período, começou em 1989 e está ainda em andamento.

Os anos 80 foram um período de consolidação das mudanças institucionais do regime democrático e de estabilização da sociedade. A liberalização externa dos mercados de bens, serviços e capitais dentro do «programa 1993» da CEE é um dos mais importantes elementos que criaram a possibilidade (ainda não garantida) de uma nova «idade de ouro» nos anos 90.

A estabilidade da taxa de câmbio dentro do Sistema Monetário Europeu (SME) e o desenvolvimento de um sector financeiro moderno são também factores relevantes. Os níveis de desenvolvimento e a estrutura produtiva estão a sofrer fortes mudanças.

#### *i) Actividade real*

A taxa de crescimento (2,8%) foi inferior à do período revolucionário, mas com uma volatilidade inferior. No entanto, esta taxa média esconde dois períodos muito diferentes. Os primeiros seis anos (1980-1985) tiveram uma taxa média de menos de 1%, mas depois de 1985 a taxa média esteve acima de 4%. Este ciclo pode ser visto noutras variáveis. O desemprego aumentou o seu nível médio para 8% na fase 1980-1991.

Neste último período, a transformação sectorial continuou a sua trajetória secular. O peso da indústria estagnou, bem como o da construção, mas o peso do capital industrial caiu.

ii) *Relações externas*

As taxas de crescimento do comércio externo foram ainda mais altas do que as taxas espectaculares de períodos anteriores. As exportações subiram para um peso de 32% do PIB, enquanto as importações ganharam 10 pontos percentuais, para 42% do PIB. A abertura total do país — (exportações + importações)/PIB — foi de 73% em 1991.

O proteccionismo tarifário era quase inexistente em termos médios, com os impostos sobre as importações a representarem apenas 1,6% das importações totais. O défice comercial foi, em média, de 10% do PIB, mas o défice da balança de transacções correntes caiu para 2% do PIB ao ano. Os movimentos de capitais foram liberalizados neste último período.

O investimento directo estrangeiro foi, finalmente, um elemento importante da economia portuguesa. A média de 1,6% para todo o período esconde uma tendência crescente que atingiu 4,6% em 1991.

Em termos reais, o escudo foi revalorizado (0,45% ao ano face à libra e 0,9% face ao dólar). Em 1992 Portugal aderiu ao mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu. Este mecanismo substituiu o regime de *crawling-peg* que foi usado desde meados dos anos 70 e criou uma nova era na política de taxa de câmbio em Portugal.

iii) *Finanças públicas*

Em média, as finanças públicas foram menos controladas, mas as duas metades dos anos 80 registaram comportamentos muito diferentes. No entanto, o controle da dívida pública foi perdido e subiu para 60% do nível de 27% do período revolucionário. A dívida pública externa foi mais do que duplicada para 14,6%.

No entanto, o ponto mais importante foi o facto de o peso do sector público ter aumentado dramaticamente. A parte das despesas públicas no PIB teve uma tendência crescente ao longo de todo o século. Mas nos anos 80 o governo absorveu os meios para gastar 31,4% do PIB em média. Este foi um salto dramático a partir dos 23,3% da segunda parte dos anos 70.

iv) *Política monetária e inflação*

Verificaram-se problemas nominais graves na década de 80. A inflação foi agora inferior, mas mais volátil do que nos anos 70. Teve um período crescente na primeira parte da década e desceu depois disso.

O crescimento monetário foi substancialmente aumentado, e a velocidade da moeda subiu para 3,4, um nível só comparável ao do início do século. O peso da intermediação bancária foi mais uma vez aumentado.

v) *Estrutura da procura e rendimento*

O salto na distribuição factorial do rendimento que foi registado nos anos 70 foi, de certo modo, invertido durante os anos 80. O peso dos salários caiu seis

pontos percentuais, para 54%, um nível que se manteve até 1991. As transferências internas e externas aumentaram o seu peso no rendimento pessoal disponível. O primeiro facto, juntamente com o aumento da importância dos impostos directos, é um sinal de convergência para o padrão dos países mais desenvolvidos.

A estrutura da procura foi muito influenciada pelo ciclo económico dos anos 80. No fundo da recessão de 1985, o consumo encontrava-se no seu nível secular mais baixo, em 64% do produto, enquanto o investimento caiu mais uma vez para um peso de apenas 21%. O consumo público conseguiu aumentar a partir do ponto muito elevado de 15%, que tinha atingido em 1979, para 16,6%.

Mas em 1991 as coisas estavam quase normais de novo. O investimento tinha recuperado para um nível mais confortável de 28% do PIB, o consumo voltara ao seu nível (baixo) de 1979, de 68%. Mas o consumo do governo, numa tendência crescente, tinha ainda ganho alguns pontos percentuais.

#### IV. ALGUNS TEMAS PARTICULARES

Da discussão das secções anteriores é possível isolar alguns elementos que podem ser considerados temas «idiosincráticos» do processo de crescimento português. Esta secção tentará uma breve caracterização destes elementos e uma avaliação preliminar da sua influência no processo de crescimento.

O elemento mais importante é, sem dúvida, a estrutura institucional: o «Estado Novo» e as mudanças posteriores à revolução, tal como as opções de política, a inserção internacional e, acima de tudo, a reacção do sector produtivo a esses elementos. Mas esses elementos, que foram referidos ao longo do texto, não serão aqui desenvolvidos.

##### 1. RELAÇÕES EXTERNAS

Portugal é uma pequena economia. Isto tornou a abertura externa um elemento muito importante em toda a economia portuguesa. A história de Portugal, fortemente ligada às descobertas dos séculos XV e XVI e ao império colonial delas derivado, apenas reforça este aspecto.

As relações económicas externas portuguesas têm vários elementos muito significativos. O comércio, a emigração, os fluxos de capital e os aspectos monetários estão entre os mais importantes. As tendências gerais em todos estes aspectos foram já comentadas nas secções anteriores. Em particular, os fortes efeitos do comportamento das exportações e importações, da emigração e da taxa de câmbio foram então notados. A presença limitada do capital externo no crescimento nos primeiros anos do pós-guerra foi também referida.

Por isso, esta secção tratará de dois aspectos particulares das relações externas. O primeiro é a estrutura do comércio externo, um elemento central do crescimento português. O segundo é o fenómeno da emigração.

Os quadros n.ºs 10 a 13 mostram um breve esquema da estrutura do comércio externo português. As exportações e importações portuguesas estão ventiladas por tipos de bens transaccionados e por parceiro comercial. Alguns elementos interessantes devem ser referidos a este respeito.

**Exportações por sector**  
*Percentagem das exportações totais*

[QUADRO N.º 10]

	1938	1947	1952	1958	1965	1973	1979	1984	1990
Produtos agrícolas .....	28,6	27,8	36,6	25,6	4,8	3,5	2,5	1,7	2,3
Minerais e metais .....					8,6	6,1	10,4	9,5	9,4
Alimentação .....	51,8	30,4	28,7	31,9	21,6	15,4	11,3	9,6	5,0
Têxteis, vestuário, calçado .....	10,4	19,3	14,8	15,7	25,8	29,9	32,8	32,9	37,5
Curtumes, madeira, cortiça e papel .....	—	—	—	—	18,0	15,4	16,7	14,9	12,7
Químicas .....	—	—	—	—	6,8	5,4	5,6	6,7	3,9
Maquinaria .....	0,7	1,6	2,7	3,7	3,0	10,8	8,3	12,4	12,9
Equipamento de transportes .....					0,4	2,4	3,8	4,7	6,8
Outros .....	8,4	20,9	17,2	23,1	11,0	11,3	8,5	7,6	9,5

**Importações por sector**  
*Percentagem das importações totais*

[QUADRO N.º 11]

	1938	1947	1952	1958	1965	1973	1979	1984	1990
Produtos agrícolas .....	47,2	40,6	50,6	50,1	11,2	11,5	13,1	15,1	8,5
Minerais e metais .....					20,8	15,7	28,6	35,6	17,9
Alimentação .....	17,7	23,7	11,8	9,2	5,8	5,6	3,7	2,3	3,3
Têxteis, vestuário, calçado .....	4,6	3,7	2,6	2,8	15,5	12,5	7,5	7,9	10,8
Curtumes, madeira, cortiça e papel .....	—	—	—	—	3,0	3,7	3,2	3,6	5,5
Químicas .....	—	—	—	—	7,2	8,0	9,2	8,5	7,4
Maquinaria .....	16,6	22,2	25,3	28,1	17,6	18,8	16,7	13,1	22,7
Equipamento de transportes .....					9,2	12,7	9,0	7,2	4,2
Outros .....	13,9	9,8	9,6	9,7	9,7	11,4	8,9	6,7	9,8

*Nota.* — Antes de 1965, os sectores 1 e 2 e parte do 5 são considerados conjuntamente sob o título «Animais vivos e matérias-primas». O sectores 7 e 8 estão também somados antes de 1965.

Ao discutir a distribuição do comércio pelos sectores, deve ser sublinhado que 1965 parece ser o ponto de viragem da estrutura. Depois de 1965 verifica-se uma forte queda das exportações dos produtos primários e da alimentação. Um tipo de produto primário que manteve a sua importância foi a cortiça, incluída no sector 5. Depois de 1965, os têxteis, vestuário e calçado dominam as exportações portuguesas.

Isto mostra claramente que as exportações portuguesas, durante os anos 50 e 60, mudaram de uma base agrícola (vinhos, azeite, cortiça, etc.) para as indústrias ligeiras. Mais tarde, a «maquinaria» e o «equipamento de transporte» ganharam alguma força. 1979 é a excepção numa tendência claramente crescente. Isto pode significar que a «idade de ouro» dos anos 90, se se materializar, pode continuar a subida das exportações ao longo do espectro tecnológico.

**Exportações por país**  
*Percentagem das exportações totais*

[QUADRO N.º 12]

	1938	1947	1952	1958	1965	1973	1979	1984	1990
OCDE .....	-	-	-	48,1	64,6	78,8	81,0	83,8	90,9
CEE .....	-	-	-	-	20,7	48,6	56,2	57,4	73,6
EFTA .....	-	-	-	-	27,4	13,8	12,6	10,5	10,2
Colónias .....	12,0	26,3	25,9	27,4	25,0	14,8	6,2	4,4	3,4
Reino Unido .....	20,7	14,7	12,2	11,3	17,6	23,8	17,8	15,4	12,1
Alemanha .....	13,1	0,3	6,3	7,7	8,1	7,5	12,3	13,7	16,7
França .....	8,3	2,4	4,2	6,6	4,6	5,2	9,7	12,4	15,5
Bélgica/Luxemburgo .....	4,8	9,8	4,0	3,7	2,4	2,8	3,2	3,3	3,1
Espanha .....	4,8	1,8	0,7	0,7	2,7	2,2	2,9	4,4	13,3
Itália .....	5,8	1,0	3,4	4,2	2,9	3,2	5,9	4,3	4,1
EUA .....	5,3	11,5	14,5	8,3	10,6	9,8	6,1	8,8	4,8
Suécia .....	1,7	2,6	1,7	2,3	3,4	5,6	4,8	3,6	4,1
Suíça .....	1,0	1,6	1,0	1,3	1,8	2,9	3,4	2,4	1,9
Argentina .....	0,7	1,4	1,2	0,5	0,2	0,1	-	-	-
Brasil .....	5,6	6,4	3,6	1,1	0,3	1,0	1,1	-	0,3
Japão .....	-	-	-	-	0,7	1,8	1,1	0,9	1,0
Angola .....	5,4	11,4	14,4	16,0	14,1	7,2	3,3	3,0	2,5
Moçambique .....	5,0	10,7	7,9	7,9	8,2	5,0	0,6	0,8	-

**Importações por país**  
*Percentagem das importações totais*

[QUADRO N.º 13]

	1938	1947	1952	1958	1965	1973	1979	1984	1990
OCDE .....	-	-	-	64,3	70,4	76,6	73,3	66,3	83,3
CEE .....	-	-	-	-	34,9	44,9	42,4	35,9	69,0
EFTA .....	-	-	-	-	21,7	11,6	7,8	5,2	6,4
Colónias .....	10,2	7,9	15,3	14,7	13,8	10,1	2,2	0,7	0,4
Reino Unido .....	17,1	11,9	15,9	12,9	13,0	11,4	9,3	6,8	7,6
Alemanha .....	16,8	0,5	7,3	17,6	16,3	14,4	12,6	10,1	14,3
França .....	6,1	4,1	4,7	7,7	7,5	6,9	8,6	8,0	11,5
Bélgica/Luxemburgo .....	6,8	6,0	10,6	7,3	3,4	2,9	2,8	2,1	4,1
Espanha .....	0,5	1,5	0,8	0,4	2,7	5,4	5,8	7,2	14,3
Itália .....	1,9	1,3	1,9	3,7	5,1	5,2	5,1	4,7	10,0
EUA .....	11,6	31,6	13,7	7,0	8,1	8,2	11,7	13,4	3,9
Suécia .....	1,7	3,2	2,1	2,7	2,5	4,5	2,2	1,1	1,4
Suíça .....	1,9	4,0	2,7	3,2	3,5	4,2	3,5	1,8	2,1
Argentina .....	1,4	4,5	0,2	0,3	0,6	1,3	-	-	-
Brasil .....	2,1	3,5	0,6	0,8	0,7	2,9	1,0	-	1,6
Japão .....	-	-	-	-	0,2	4,2	2,8	2,5	2,7
Angola .....	5,0	3,3	6,6	4,9	7,8	6,4	0,2	0,5	0,3
Moçambique .....	3,3	3,0	6,3	7,7	5,0	3,0	0,6	0,1	-

*Nota.* — Em alguns anos alguns países não estão apresentados na fonte estatística. Estes casos correspondem a valores muito baixos da variável.

As importações mostram a dependência inicial em produtos primários, que foi reduzida em anos posteriores (excepto em 1979 e 1985, onde a crise fez renascer

a necessidade de produtos primários). Um forte aumento nas importações de maquinaria pode ser associado com as duas «idades de ouro» dos anos 60 e de finais dos anos 80.

O padrão geográfico do comércio tem alguns elementos interessantes. Os países da OCDE dominam o comércio externo português em todos os pontos do tempo. Entre esses países é interessante ver que a CEE, depois de 1958, esteve sempre acima da EFTA. Apesar de a EFTA ser um espaço mais pequeno, isto pode ser considerado, de certo modo, paradoxal para um membro fundador da EFTA.

As colónias (ex-colónias depois de 1975) nunca tiveram qualquer peso significativo, excepto nos anos 50. Mas Angola foi até o principal importador de produtos portugueses em 1958. O maior cliente de Portugal é, claramente o Reino Unido, apenas ultrapassado pontualmente pelos EUA, Alemanha e Angola. Nos fornecedores, a Alemanha ocupa tradicionalmente o primeiro lugar, seguida pelo Reino Unido e EUA.

Alguns países são notáveis pela sua ausência. A Espanha, o «vizinho grande», nunca teve presença importante até à entrada conjunta na CEE. Depois disso, em 1991, a Espanha conseguiu ser o principal fornecedor de Portugal, junto com a Alemanha. O Brasil, o «irmão grande», nunca teve qualquer peso real.

Estes podem ser considerados os aspectos mais importantes das relações comerciais de Portugal. A alta e crescente importância do comércio externo na economia portuguesa dá muita influência ao padrões identificados.

A relação entre os fluxos comerciais e o crescimento é muito clara. O impulso crescente das exportações nos sectores industriais de baixa tecnologia, que foram os mais dinâmicos na estrutura económica portuguesa, é um sinal da sua influência. A mudança estrutural da economia está também claramente relacionada com o crescimento, diversificação e reestruturação do comércio externo.

O papel das exportações é claramente crescente ao longo do período, enquanto a estratégia de substituição de importações, ainda significativa na primeira parte da idade de ouro, foi invertida.

Se o papel do comércio externo é claro, a importância da emigração no desenvolvimento foi sempre um assunto controverso. A dimensão do fenómeno não pode ser sobreenfatizada. O quadro n.º 14 mostra claramente a sua importância. Quase um terço do crescimento natural da população foi, em média, absorvido pela emigração no século XX.

O impacto da emigração no desenvolvimento económico português não é claro. Foi um bom negócio para Portugal «vender» o seu capital humano em troca das suas remessas? Várias respostas opostas foram dadas a esta questão.

Num texto recente, Maria I. Baganha (Baganha, 1993) tenta avaliar o problema. A falta de qualificações profissionais médias dos emigrantes e a falta de poupanças no país fornecem um ponto para uma resposta positiva de Maria Baganha. Como foi indicado acima, a combinação tecnológica escolhida pelo regime na idade de ouro dos anos 50 e 60 também se baseava na válvula da emigração.

Emigração no pós-guerra  
Em percentagem

[QUADRO N.º 14]

	Emigração líquida na população total	Emigração total na população total
1946-1958 .....	0,5852	0,3228
1959-1965 .....	0,9835	0,4407
1966-1973 .....	1,6959	0,8025
1974-1979 .....	- 1,0607*	0,2636
1980-1991 .....	-	0,1040

\* 1974-1981.

2. CAPITAL HUMANO

O capital humano é um dos principais e mais complexos motores do crescimento. A «nova teoria do crescimento»<sup>19</sup> enfatizou especialmente este aspecto na sua estrutura analítica. Esta breve secção tenta abordar a questão numa forma simples e incipiente devido à complexidade do conceito e dos seus problemas de medição e identificação.

A falta de dados relevantes e o número reduzido de estudos nesta área forçam um tratamento indirecto e uma abordagem muito estilizada. No entanto, a importância do tópico justifica esta secção.

A situação nos inícios dos anos 40 era muito primitiva. O quadro n.º 15 apresenta esta situação através da taxa de analfabetismo, que era de quase 50% em 1940. A redução intensa desta taxa mostra claramente os resultados conseguidos durante todo o período.

Taxa de analfabetismo adulto\*

[QUADRO N.º 15]

1940 .....	49,0%
1950 .....	40,4%
1960 .....	30,3%
1970 .....	25,6%
1980 .....	18,6%
1991 .....	12,7%

\*1890-1960 — percentagem de analfabetos com mais de 7 anos.

1970-1991 — percentagem de analfabetos com mais de 10 anos.

Fonte: Neves (1994b).

<sup>19</sup> V. Lucas (1988) para um texto seminal e Romer (1989) para uma descrição geral, embora já antiga.

Houve um grande esforço (quantitativo) na educação e formação profissional desde os anos 50. A presença destes elementos nos planos de fomento foi já referida acima. O esforço na educação primária e secundária foi evidente desde os fins dos séculos XIX. A educação superior foi melhorada durante a idade de ouro, mas só depois da revolução começa a generalização real do acesso à universidade.

Os indicadores do quadro n.º 16<sup>20</sup> mostram uma evolução estável e importante no sentido de uma população mais educada, treinada e culturalmente consciente. A situação não é ainda boa, e a educação mantém-se como uma das prioridades dos esforços de desenvolvimento. Uma das razões tem a ver com a qualidade do ensino, que os indicadores escondem.

**Indicadores culturais e de educação**

*Em percentagem da população total*

[QUADRO N.º 16]

	Número de estudantes		Diplomados		Visitantes	
	Primário (crianças)	Superior	Primário (crianças)	Superior	Bibliotecas	Museus
1936-1945 . . . . .	6,940	0,129	0,625	0,0142	6,61	4,46
1946-1958 . . . . .	8,422	0,197	0,959	0,0198	10,11	9,18
1959-1965 . . . . .	9,880	0,309	1,510	0,0257	17,89	17,27
1966-1973 . . . . .	10,982	0,541	1,807	0,0397	31,27	29,59
1974-1979 . . . . .	10,212	0,837	1,928	0,1042	41,06	27,04
1980-1991 . . . . .	9,361	1,002	1,853	0,1086	—	46,80

A avaliação do impacto real do capital humano do crescimento económico é uma tarefa muito mais difícil do que a sua medição. Uma forma de fazer isto é através do cálculo de uma função de ganhos (*earnings function*) com especificação de tipo Minceriana (1974). Esta equação fornece uma estimativa da taxa marginal de remuneração, formação profissional específica e formação profissional geral. Dois desses estudos foram conduzidos em Portugal em 1977 e 1985 e estão presentes no quadro n.º 17.

**Taxas de remuneração da educação e da formação profissional**

[QUADRO N.º 17]

Ano	Taxa de remuneração da educação			Taxas de remuneração da formação profissional					
	Total	Homens	Mulheres	Específica			Geral		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1977 . . .	9,1%	7,5%	8,4%	—	2,0%	2,6%	—	—	—
1985 . . .	10,0%	9,4%	10,4%	2,7%	2,7%	2,6%	1,3%	1,2%	1,3%

Fontes: 1977, Psacharopoulos (1981); Kiker e Santos (1991).

<sup>20</sup> V. Neves (1994b) para as fontes dos dados e sua manipulação.

O nível geral das taxas de remuneração da educação e da formação profissional é muito semelhante ao de países do mesmo nível (médio) de desenvolvimento. Os resultados, especialmente a subida generalizada nas taxas de remuneração de 1977 e 1985, mostram o papel muito importante do capital humano no desenvolvimento português.

## V. CONCLUSÕES

Este texto, breve e estilizado, procurou esquematizar as características principais do processo de desenvolvimento português. A abordagem foi essencialmente numérica, procurando partir das estatísticas disponíveis para obter um quadro básico. É perfeitamente claro que este tratamento é redutor e enviesador. Mas é uma forma de captar a realidade, sem dúvida possível e útil.

As conclusões que daí saíram são claras. Este desenvolvimento criou mudanças fortes e profundas no país. O produto *per capita* foi multiplicado por mais de 10 vezes nos últimos 150 anos e quase por 7 vezes desde a segunda guerra. A estrutura sectorial foi revolucionada. O país foi integrado na economia mundial de uma forma completamente diferente.

Como foi sublinhado no texto, elementos como as instituições, o capital humano e as relações externas foram tão importantes como a acumulação de capital e o crescimento do trabalho para explicar este extraordinário processo. A «nova teoria do crescimento» tem, pois, um campo claro de análise e aplicação no desenvolvimento português.

Algumas lições notáveis sobre a importância da estabilidade política, da educação, das influências externas, podem, e devem, ser trazidas para esta experiência. Destas lições depende o crescimento futuro português e, em particular, a realização de uma segunda «idade de ouro» até ao fim do século.

## BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, Maria I. (1993), *As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX*, mimeo., Universidade Aberta, Lisboa.
- BAUM, W. C., e S. M. Tolbert (1985), *Investing in Development — Lessons of World Bank Experience*, World Bank, Oxford University Press.
- BP—BANCO DE PORTUGAL (1977-1985), *Relatórios do Conselho de Administração*, Lisboa (vários anos), Lisboa.
- BARBOSA, A. M. Pinto (1971), «Portuguese economic development in the presence of post-war foreign policies of the US», in Kindleberger e Shonfield (ed.), *North American and Western European Economic Policies*, MacMillan.
- BORGES, António C. (1991), «A economia portuguesa de 1985 a 1991», in M. Rebelo de Sousa *et al.* (1991), *Portugal em Mudança*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- BRITO, J. M. Brandão de (1989), *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- CHENERY, H., e M. Syrquin (1975), *Patterns of Development 1950-1970*, World Bank, Oxford University Press.
- CONFARRIA, J. (1992), *Condicionamento Industrial — Uma Análise Económica*, Direcção-Geral da Indústria.

- CORREIA, I. H., J. Neves e S. Rebelo (1992), «Business cycles in Portugal: theory and evidence», in J. F. do Amaral, D. Lucena e A. S. Mello (1992), *The Portuguese Economy towards 1992*, Kluwer Academic Publishers.
- CRAVINHO, J. (1982), «Sources of output growth in the Portuguese economy (1959-1974)», in *Estudos de Economia*, vol. II, n.º 3.
- CRUZ, M. Braga da (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Editorial Estampa, Lisboa.
- ESTEVES, P. S. (1993), *Portuguese Prices before 1947: Inconsistency between the Observed Cost of Living Index and the GDP Price Estimation of Nunes, Mata and Valério (1989)*, Working Papers WP 19-93, Banco de Portugal.
- HODRICK, R., e E. Prescott (1980), *Postwar U. S. Business Cycles: An Empirical Investigation*, Discussion paper 451, Carnegie-Mellon University.
- KIKER, B. F., e Maria C. Santos (1991), «Human capital and earnings in Portugal», in *Economics of Education Review*, vol. 10, n.º 3.
- LAINS, P., e J. Reis (1991), «Portuguese economic growth, 1833-1985: some doubts», in *Journal of European Economic History*, vol. 20, n.º 2, 1991.
- LOPES, E. Rodrigues (1993), «Concertação social e política económica. O caso português 1974-1992», in *Conselho Económico e Social (1993) — Os Acordos de Concertação Social em Portugal*, vol. 1, *Estudos*, Conselho Económico e Social, Lisboa.
- LUCAS, R. E. (1988), «On the mechanics of economic development», in *Journal of Monetary Economics*.
- MACEDO, J. Braga, C. Corado e M. Porto (1986), *Trade Liberalization Episodes in Portugal: An Overview*, World Bank.
- MADDISON, A. (1982), *Phases of Capitalist Development*, Oxford University Press.
- MOURA, F. Pereira de (1969), *Por Onde Vai a Economia Portuguesa?*, Publicações Dom Quixote.
- NEVES, J. (1994a), «Portuguese post-war growth: a global approach», in N. Crafts e G. Toniolo (eds.), *Europe's Post-War Growth*, Cambridge University Press (em publicação).
- NEVES, J. (1994b), *The Portuguese Economy in the XIX and XX Centuries — A Picture in Figures*, Universidade Católica Editora, Lisboa.
- NEVES, J. (1995), «O desenvolvimento português do pós-guerra: uma abordagem comparativa e multidimensional», in *Textos em Honra do Professor Francisco Pereira de Moura* (em publicação).
- NUNES, A., E. Mata e N. Valério (1989), «Portuguese economic growth 1833-1985», in *Journal of European Economic History*, vol. 18, n.º 2, 1989.
- NUNES, A., e J. M. Brandão de Brito (1992), «Política económica, industrialização e crescimento», in F. Rosas (ed.) (1992), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII de *Nova História de Portugal*, ed. J. Serrão e A. H. O. Marques, Editorial Presença.
- PINTADO, V. X. (1964), *Structure and Growth of the Portuguese Economy*, EFTA.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO (1968), *III Plano de Fomento para 1963-1973 — Projecções do Desenvolvimento Económico e Social; Financiamento*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- PSACHAROPOULOS, G. (1981), «Education and the structure of earnings in Portugal», in *De Economist*, 124, n.º 4.
- RICARDO, D. (1817), «Principles of political economy and taxation», in P. Sraffa (1951), *The Works and Correspondence of David Ricardo*, Cambridge University Press, vol. 1.
- ROMER, C. (1989), «Capital accumulation in the theory of long-run growth», in Barro (ed.) (1989), *Modern Business Cycle Theory*, Basil Blackwell.
- ROSAS, F. (1986), *O Estado Novo nos Anos Trinta*, Editorial Estampa, Lisboa.
- SALAZAR, A. O. (1916), *Questão Cerealífera — O Trigo*, *Estudos de Economia Nacional*, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- SILVA, A. Cavaco (1994), «Combinação de políticas num quadro de integração: a experiência portuguesa», in *Brotéria*, vol. 138.
- SUMMERS, R., e A. Heston (1984), «Improved international comparisons of real product and its composition: 1950-1980», in *Review of Income and Wealth*.
- SUMMERS, R., e A. Heston (1991), «The penn world table (mark 5): an expanded set of international comparisons, 1950-1988», in *The Quarterly Journal of Economics*, vol. CVI, n.º 2, May, pp. 327-368.